

**ATA DE REUNIÃO**

# **COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

**PROAD 5208/2022**

**Data e horário:** 17 de out. de 2025 10:30 BRT

**Local:** Telepresencial



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

PARTICIPANTES TITULARES			
Portaria 97/2025			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESEÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Daniel Souza de Nonohay	Juiz auxiliar da Corregedoria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eduardo Duarte Elyseu	Magistrado Coordenador	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luís Henrique Bisso Tatsch	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maurício Schmidt Bastos	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jorge Alberto Araujo	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carolina Santos Costa	Magistrada representante da AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Daiana Saccol da Silva	Servidora	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sarah Rebeca Zicca Jacques	Servidora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cristina Bottega	Servidora	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
José Fernando Gonzalez Valls	Servidor	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diogo da Silva Corrêa	Servidor representante do Sintrajufe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eduardo Batista Vargas	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Leandro Krebs Gonçalves	Magistrado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Neusa Líbera Lodi	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sonia Maria Pozzer	Magistrada	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
José Américo Ilha de Quadros	Servidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ana Paula Fofonka Pinheiro	Servidora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Marcelo Aranha Cagno	Servidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vinícius Serpa Bassetti	Servidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Unidade de apoio executivo:** Secretaria de Apoio aos Magistrados (SEAMA)

**Secretário:** Priscila Mósena

## PAUTA

**Assunto 1,** Ausências justificadas.

**Assunto 2,** Atualização sobre o Projeto de Equalização da Força de Trabalho e Revisão do Regime de Lotação.

**Assunto 3,** Instituição de sistema de distribuição por classes processuais para equalização efetiva da carga de trabalho no Primeiro Grau (e-mail Juiz Jorge Alberto Araújo)

**Assunto 4,** Assuntos gerais

## DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Coordenador da Comissão, Juiz Eduardo Duarte Elyseu, e registradas as deliberações, a seguir enumeradas.

### Assunto 1: ausências justificadas

O Juiz **Leandro Krebs Gonçalves** informa que estará de férias de 13 a 26 de outubro de 2025. A Juíza **Sônia Maria Pozzer** justifica a ausência em razão de realização de pauta dupla no dia da reunião. O servidor **Jose Fernando Gonzalez Valls** informa, posteriormente à realização da reunião, que estava no veterinário em razão de atendimento de urgência do seu cachorro. O Juiz Daniel Souza de Nonohay justifica sua ausência em razão de compromisso na Corregedoria.



ATA DE REUNIÃO

## COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

### **Assunto 2: Atualização sobre Projeto de Equalização da Força de Trabalho e Revisão do Regime de Lotação.**

O Juiz **Eduardo Elyseu** relembra que no GT sobre Equalização da Força de trabalho aprovou a criação de Núcleos Regionalizados, sugestão diversa da apresentada pela Corregedoria. Informa que a referida proposta foi incluída na pauta do Órgão Especial, mas retirada, a princípio, em razão da Coordenadora, estar afastada no dia da Sessão. Comunica, ainda, que o GT de Equalização recomendou a Revisão dos Regimes de Lotação previamente à Criação dos Núcleos Regionais e que a atual administração da Corregedoria pretende realizar a revisão baseando-se, principalmente, em formulário de pesquisa enviado aos magistrados/as.

O Juiz **Jorge Alberto Araújo** manifestou que, na falta do coordenador do GT, o ideal seria nomear substituto para dar andamento ao projeto junto ao OE. O Juiz **Eduardo Batista Vargas** refere que as respostas obtidas via formulário serão a base para o trabalho, ao invés de um Grupo de Trabalho, o que o preocupa pela ausência de ampla legitimidade e pela falta de conhecimento das situações específicas das unidades. O Juiz **Maurício** complementa que não foi exitosa a inclusão do tema no último Encontro da Magistratura. Registra, também, que a equalização deve considerar médias de metas em períodos mais curtos e faz uma crítica no sentido de que este Comitê não é chamado voluntariamente em assuntos que envolvam o 1º Grau. O Juiz **Luis Bisso** menciona que o problema não é a escolha, em si, do formulário para embasar a revisão do regime de lotação, mas que a revisão não será realizada em conjunto com a Equalização, que era a recomendação do GT.

Após extenso debate e manifestações, também, do coordenador Juiz **Eduardo Elyseu**, da Juíza **Carolina** e da Juíza **Neusa**, a **Comissão** entendeu que a **revisão do regime de lotação deveria ser feita de forma conjunta com o projeto sobre equalização da carga de trabalho**, conforme sugestão do GT que



ATA DE REUNIÃO

## COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

tratou da equalização e elaborou o projeto que está para ser votado pelo OE, embora não pautado ainda. A **Comissão** também expressa preocupação com o fato de os dois assuntos estarem sendo tratados de forma separada, uma vez que uma boa revisão do regime de lotação resulta em natural equalização da carga de trabalho, com a consequente necessidade de menor quantidade de núcleos de equalização.

### **Assunto 3: Proposta de Instituição de sistema de distribuição por classes processuais para equalização efetiva da carga de trabalho no Primeiro Grau (e-mail Juiz Jorge Alberto Araújo)**

Juiz **Jorge Araújo** explica que antes do advento do Processo Judicial Eletrônico os processos eram distribuídos entre os juízes observadas algumas classes processuais, mas que com a institucionalização do referido sistema, a distribuição passou a ser aleatória - justificada no fato de que o equilíbrio se daria com o passar do tempo -, impactando diretamente no atingimento de metas e na complexidade da carga de trabalho recebida. Propõe, no e-mail enviado à esta Comissão, a distribuição dos processos com as seguintes divisões: 1) Ações Cíveis Coletivas e Ações Coletivas; 2) Ações Trabalhistas de Rito Ordinário; 3) Ações Trabalhistas de Rito Sumaríssimo; 4) Cumprimento de Sentença e Execução de Títulos Extrajudiciais; 5) Cartas Precatórias; e 6) Consignação em Pagamento, Embargos de Terceiro, Mandados de Segurança e outras demandas menos frequentes.

O Juiz **Maurício** informa que o PJE já contempla a atribuição de pesos distintos para os processos, considerando classes processuais e assuntos, sendo dos tribunais a atribuição desses pesos, por ação do Administrador do PJe local, mas isso nunca foi colocado em prática, pelo menos na nossa Região (sem saber o tratamento dado nos demais), que atribui o mesmo peso processual a todos os processos, independentemente da classe ou assunto. Sinala que o caminho seria alterar algoritmo ou peso dos processos. O juiz **Eduardo Elyseu** referiu que há



## ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

recomendação de Conselho Superior para distribuição dos processos conforme complexidade e que futuras atualizações do PJE virão com esta funcionalidade, visto que o Ministro Luiz Philippe valoriza a equalização da carga de trabalho. Os Juízes **Jorge** e **Maurício** referem que pesquisas dos processos no PJE, por peso e por classe processual, serão fundamentais à transparência da distribuição.

**Juiz Elyseu propõe o encaminhamento da proposta do Juiz Jorge Alberto Araújo ao Subcomitê Gestor Regional do PJE, o que é validado pelo Comitê, com a sugestão de que o Juiz Jorge possa fazer uma exposição da sugestão, oportunamente, no citado Subcomitê.**

### **Assunto 4: Assuntos gerais**

O Juiz **Eduardo Elyseu** atualiza a Comissão sobre os expedientes pendentes de julgamento:

- a) SAT para secretários de audiências (PROADs nº 1915/2024 e 1921/2024): aguardando decisão;
- b) Convocação de juízes de 1º grau para atuar no 2ª grau de jurisdição (PROAD 6884/2025): aguardando decisão;
- c) Requerimento de observância do §2º do Art. 12 da Resolução 219 do CNJ para Assistente de Gabinete FC04 (PROAD nº 5841/2024): aguardando decisão.

Ainda, o coordenador informa que há PROAD em tramitação no qual a SEGESP sugere que o O.E. revise a autorização dada ao Juiz de 1ª grau para levar seu Assistente de Gabinete FC04 quando da sua remoção para outra comarca, citando o exemplo de Taquara. O assunto foi retirado de pauta na última Sessão do O.E. e voltará a ser decidido na gestão da próxima administração.

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.